

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

SUBJETIVAÇÃO E IDENTIDADE DOS/NOS SUJEITOS DESVIANTES

Olimpia Maluf-Souza
olimpia@top.com.br

Doutora

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Para compor o Simpósio III – O sujeito do discurso e sua interface psicanalítica – coordenado pelas professoras Bethania Mariani (UFF) e Leda Tfouni (USP/RP), trago para essa reflexão uma discussão que venho tentando travar acerca dos modos de subjetivação e de identificação dos sujeitos desviantes. O desejo de levar adiante esse debate nasceu de estudos por mim iniciados no Mestrado e foi reforçado pelo convite, que muito me honrou, para compor a equipe do Projeto *Arquivos sobre o sujeito nacional: discursividades da cultura contemporânea*, proposto pela Prof^a. Bethania Marani e aprovado pelo CNPq.

Por ocasião do meu mestrado, cujo tema versou sobre *As condições de produção dos laudos periciais de indivíduos com suspeição de insanidade mental*, questões relativas ao estatuto do sujeito na teoria da Análise de Discurso começaram a se colocar. Em linhas gerais, o resultado desse estudo apontava para uma regularidade nos discursos médico e jurídico promovida pelo discurso da moral social que funcionava, em todo o laudo, como um gesto organizador dessas duas ordens de discurso.

Desde então uma questão começava a ganhar contornos: se o indivíduo que desvia do funcionamento social vigente é tomado por essas duas ordens de discurso (a jurídica e a médica) como objeto a ser, respectivamente, recuperado, tratado e curado, que participação tem o sujeito, a sua voz, os seus desejos em qualquer medida a ser adotada para ele?

Laudos e peritos são partes de uma complexa rede ideologicamente engendrada para a melhor espacialização dos sujeitos desviantes, mais especificamente daqueles que se desviam por uma compulsão para cometer assassinatos serialmente.

Para esses sujeitos a norma vigente é indiferente e o desejo de matar, por exemplo, sobrepuja qualquer ordem socialmente instituída. Ou seja, suas personalidades se inscrevem num tipo de anomalia cuja moral social não os censuram nem pelo recalcamento, nem pela repressão.

Desses estudos preliminares parto, mais recentemente, para a análise dos discursos *do e sobre o morador de rua*, da cidade de Cáceres, sem, contudo, abandonar o propósito de tentar discutir o estatuto do sujeito na teoria da Análise de Discurso.

Do mesmo modo que os assassinos seriais, a espacialização na cidade dos sujeitos moradores de rua, sujeitos desviantes, portanto, fere e altera os sentidos de urbanidade. Segundo Brandão (*A formação do homem moderno vista através da Arquitetura*, 1999, p. 23) “[...] o surgimento do homem moderno é um marco que altera a produção artística e teórica [acerca da produção dos sentidos de arquitetura nas cidades]”. Essa alteração é mas premente, então, com a presença dos moradores de rua, que levam, invariavelmente, os cidadãos a uma relação de incômodo, de rechaço, de exaltação da fealdade e dos transtornos que suas presenças representam para a vida cidadina.

Para o autor, a história da arquitetura divide-se em dois momentos: um em que os edifícios imitam o Universo (mímesis) e o outro em que há uma progressiva expansão da subjetividade, pelos sentidos de autonomia e infinitude do homem. Mas, então, o que dizer dos homens que eclipsam esses sentidos de urbanidade pela sua simples presença em espaços cidadãos?

Pensar o fenômeno urbano, para Lefebvre (*A Revolução Urbana*, 1999), pressupõe metodologicamente as noções de dimensão e de nível. Para a noção de nível o autor distingue o global, o misto e o privado. No global se exerce o poder do Estado como vontade e representação; no misto se exerce o que é especificamente da ordem do urbano, da “cidade” no sentido corrente do termo; e no privado se pensa nas edificações, ou seja, os imóveis, quer sejam prédios de apartamentos e casas, quer sejam as favelas. Contudo, os discursos urbanísticos e de urbanidade precisam levar em conta a lógica social e seus ditames.

Lefebvre (op.cit, p. 85) afirma que

[...] as lógicas sociais situam-se em diferentes níveis, entre elas persistem ou se aprofundam fissuras. Pelas fissuras passa o desejo. Sem o que a “matéria humana”, informe, logo seria sujeitada a uma forma absoluta, garantida e controlada pelo Estado solidamente apoiado na massa dos “sujeitos” e dos “objetos”. Sem o que, a cotidianidade uniformizar-se-ia inapelavelmente. Até a subversão tornar-se impensável.

Essa é, pois, a via pela qual o sujeito escapa e resiste, quer pela necessidade de afrontamento, quer como resíduo expropriado pelos modos de produção capitalista, que reconhece e assegura apenas o sujeito inscrito numa dada ordem de produtividade.

O espaço urbano é esquadrihado, no sentido foucaultiano do termo, e ocupado segundo uma lógica de poder (vontade) e de saber (representação), ditada pelo Estado. Mas, entre os saberes e os poderes do Estado está a sociedade e a necessidade dos homens de *habitar*¹. Nesse movimento, no qual o global rege o local e a generalidade absorve a particularidade, ocorre o terreno da luta, da defesa e do ataque, do litígio (LEFEBVRE, 1999).

A primazia pelo urbano entra, então, em confronto com as necessidades e prioridades pelo habitar no/do homem. Trata-se de um paradoxo instalado, pois, no urbano, conforme Lefebvre (1999, p.80), “[...] os paradoxos não ditos pululam, e quem os formula não os cria”.

É nosso propósito pensar os modos de subjetivação dos sujeitos que se colocam no centro desse paradoxo, uma vez que os moradores de rua confrontam o poder e o saber do Estado, manifestando um aparente alheamento e indiferença à norma social vigente, sobrepunando, como já dissemos, por opção ou necessidade o que está socialmente instituído. Constituem-se, pois, como sujeitos que se marcam por um padrão de desvio que os colocam sempre numa relação de litígio e de enfrentamento com a ordem social estabelecida.

Tentando verificar, então, como os sujeitos moradores de rua se significam com relação ao espaço de habitação, realizamos entrevistas para tentar verificar os seus modos de subjetivação. Vejamos um primeiro recorte:

A minha casa é aqui (mostra um local próximo ao monumento da bandeira nacional).
Aqui ficam **as minhas coisas** (mostra algumas roupas e alguns utensílios de cozinha).
[...] **ninguém mexe**, mesmo quando eu saio, mesmo quando eu não estou por perto.
Aqui **todos vigiam o pedaço de todos. Cada um tem a sua parte. Ninguém invade o que é do outro.**

Esta territorialização do espaço foi recorrente em quase todos os entrevistados², dando a perceber, na grande maioria, até um certo orgulho em mostrar a sua “casa”. Nesse processo de espacialização, a noção da oposição público/privado se coloca fortemente, pois por mais que a delimitação do espaço seja virtual³, cada um dos moradores da praça conhece e respeita o espaço do outro. Há, pois, no gesto mesmo de apropriação do espaço público, a mão forte do Estado, funcionando como

¹ Tomo o termo *habitar*, no sentido que lhe confere Lefebvre (1999), ou seja, em oposição ao termo *habitat*, que foi introduzido por um pensamento urbanístico reducionista do século XIX. Assim, tomar o homem por seu habitat conferiu-lhe um sentido elementar como se suas funções se limitassem a comer, dormir, reproduzir-se.

² De nove moradores de rua ouvidos, apenas dois disseram não ter casa e, invariavelmente, solicitaram alguma forma de ajuda. O discurso apelativo para as suas mazelas me fizeram crer que se tratava de um funcionamento marcado pelas formações imaginárias, na qual o sujeito diz aquilo que acredita que o seu interlocutor quer ouvir.

³ A falta de edificação, para onde apontam como sendo as suas “casas”, levou-me a pensar no filme “Dogville”, dirigido por Lars von Trier, no qual a função de um cenário vazado e a ausência de paredes produz o efeito de que todos sabem o que se passa com todos, mas fingem não ver/saber.

organizadora da propriedade. Sentidos tão marcadamente instalados que um dos moradores chegou a apontar o espaço/território de outros moradores da praça.

Essa mesma forma de organização se pode verificar com relação ao trabalho. Alguns saem a procura de trabalhos de jardinagens, outros se oferecem para lavar os carros nas residências, mas a grande maioria trabalha como “flanelinha” (cuidando carros que se estacionam na praça ou nas suas imediações).

Há uma escala do tempo e do espaço de trabalho:

A gente vai revezando. Por exemplo, os **melhores dias** são na sexta à noite e no sábado. Então, **cada um cuida num fim de semana. Durante a semana cada um tem o seu espaço, que também vai mudando.** Ali **na beira do rio** para gente toda hora durante a semana, então, **cada vez é a vez de um.** O nosso ganho é muito pequeno e **todo mundo tem que garantir o seu sustento.** [...] **quando alguém não consegue ganhar nada ele é ajudado pelos outros. Nós dividimos tudo.**

Vejamos, pois, que a relação de trabalho, apesar de obedecer a regras rígidas, tem um funcionamento diferente daquele ditado pela lógica capitalista, na qual cada sujeito é individualizado enquanto produtividade e os que não conseguem produzir são colocados à margem. Mas, se esses sujeitos já vivem à margem, porque a solidariedade com o seu igual? Será que seria possível pensar, então, na *margem* da margem?

O funcionamento do esquadramento do tempo (trabalho) e do espaço (habitação) é uma ordem reguladora que foge à lógica da organização social vigente. Ou dito de outro modo, seria o espaço da resistência, o lugar por onde o sujeito escapa e desliza dos atravessamentos do Outro.

De acordo com Lacan (*O Seminário, livro 16: de um outro ao outro*, 2008, p. 17), “[...] no campo do Outro existe o mercado, que totaliza os méritos, os valores, que garante a organização das escolhas, das preferências, e que implica uma estrutura ordinal, ou até cardinal.

Nessa tentativa de dizer do sujeito, Lacan apresenta, então, uma inovação ao modelo de inconsciente de Freud, rejeitando a psicogênese e a organogênese e substituindo-as por uma noção de *psicogenia*, isto é, por “uma organização puramente psíquica da personalidade” (ROUDINESCO *et. al*, *Foucault, leituras da história da loucura*, 1994, p. 09). Assim, propõe uma teoria do sujeito marcada, principalmente, por um lugar de ruptura e de oposição com a de outro filósofos, pois, “[...] o inconsciente, a partir de Freud é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma” (LACAN, *Escritos*, 1988, p. 813).

Desse modo, Lacan (op.cit, p. 815) questiona a maneira correta de responder à pergunta “Quem está falando?”, quando se trata do sujeito do inconsciente. Ao que ele responde: “[...] convém reduzir tudo ao corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado. Ali

se surpreende o sujeito que nos interessa, pois, [...] esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade do real”.

O autor defende ainda a ciência como sendo necessária para explicar o sujeito da Psicanálise, pois ciência e teoria do sujeito não assinalam uma relação de identidade e nem de disjunção, uma vez que o ser do sujeito é intrinsecamente paradoxal e a lógica do sujeito é uma lógica do paradoxo, ou seja, o ser do sujeito é o paradoxo do ser. Badiou (*Onde estamos com a questão do sujeito?*, 1997) propõe uma inversão nesse enunciado de Lacan: ‘todo paradoxo do ser assinala um efeito de sujeito’.

Na atualidade, a pressão dos problemas da contemporaneidade⁴ impõe a discussão das alternativas reais, assim como a pergunta pelos horizontes éticos da experiência humana. Pensar, então, o sujeito na atualidade é considerar a contemporaneidade como [...] nada menos que a descoberta da existência de “novas formas” do sintoma. [...] se há algo que caracteriza o sintoma é ter um esqueleto e também uma aparência. (GODINO, *O sujeito na Psicanálise, de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*, 2009, p. 09).

Esse novo “invólucro formal do sintoma” caracteriza a contemporaneidade e produz “novas formas de subjetividade”, como a do morador de rua. Mas, que se marque que, em Psicanálise, conforme o autor, o sujeito não é causa, mas é causado; ele é uma função e não uma instância psíquica; e enquanto função ele carece de conteúdo próprio, no caso em questão, são as formas como o morador de rua se subjetiva e é subjetivado por outrem, da qual o sujeito insurge “[...] na esfera da exploração da ciência, do capitalismo de mercado aberto e da mais-valia, fazendo girar em um rodopio cada vez mais acelerado uma economia moldada sobre os fenômenos de massa”. (op.cit, p.11).

Ora, se o sujeito é função e não substância a pergunta ao seu respeito não é “quem ele é”, mas “no que” ele se encarna, “onde e como” se materializa.

O sujeito não é propriamente um conceito de Freud, mas ele o aborda à medida que dá visibilidade aos seus sintomas. Para ele sintoma é aquilo que não é o sujeito, é, pois, sua queixa, algo que não é ele e o incomoda. Em Freud o princípio de identidade não se aplica ao sujeito, ou seja, para que haja sujeito é preciso que haja falha do princípio de identidade. Esse é, pois, o paradoxo da concepção freudiana de sujeito, ou seja, para que o sujeito exista como tal é necessário o advento de algo que não é ele, isto é, o seu sintoma.

Pêcheux (*Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*, 1997) propõe um diálogo entre as posições de Lacan (a partir das releituras de Freud) e Althusser na questão da constitutividade do sujeito. Assim, acata, por um lado, a tese central de Althusser: “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” de forma a que o ‘não-sujeito’ se torne sujeito pela Ideologia e, por outro lado, a tese de Lacan

⁴ A contemporaneidade – momento atual – é mobilizada em contraposição à modernidade, cuja primazia era o discurso da ciência, colocando em questão a filosofia política, a historiografia e a filosofia do direito.

sobre a relação entre o inconsciente e a Ideologia: a marca do inconsciente como discurso do Outro designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’ (a alteridade), que faz com que todo sujeito ‘funcione’, assuma posição, tenha iniciativas, assuma ‘responsabilidades’, forme compromissos enquanto autor de seus atos. O que Pêcheux destaca é que, tanto em um quanto no outro autor, a interpelação pela Ideologia funciona como evidência e injunge o sujeito à ilusão das *identidades*: “a ‘evidência’ da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, ‘estranhamente familiar’” (op.cit, p. 155). Dessa forma, aquilo que designa os atos de tomada de posição do sujeito falante enquanto ‘ato de linguagem’ (as noções de asserção e de enunciação) dá visibilidade ao desconhecimento da determinação do sujeito no discurso, ou seja, a tomada de posição não é um ‘ato originário’ do sujeito-falante, mas sim um efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo determinado pelo interdiscurso (enquanto discurso transversal: que se volta sobre si mesmo e se atravessa). A tomada de posição é, então, um efeito do retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, movimento que o leva a se separar daquilo que ele ‘toma consciência’. O efeito que decorre dessa não-coincidência subjetiva se produz na forma do ‘estranhamente familiar’ e favorece o simulacro da construção da exterioridade no próprio interior do sujeito através de uma reduplicação da identificação.

Segundo Pêcheux (1997), é pelo efeito de pré-construído (enquanto modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, sendo ‘sempre-já-sujeito’) que se dá a contradição *entre* a estranheza familiar desse fora (situado antes, em outro lugar, independentemente) e o sujeito identificável e responsável por seus atos. A contradição, que é constitutiva dessa discrepância, se materializa como sintoma, como efeito na linguagem de forma a que o sujeito dê visibilidade a sua ‘subjetividade sem interioridade’. Nesse funcionamento, o papel do sintoma é o de colocar em jogo a *identidade* de um sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento, através do processo de interpelação-identificação ideológica e o de colocar em ligação com esse sintoma a existência de um *processo do significante*. Para Lacan, trata-se do signo (que designa alguma coisa para alguém), ou seja, trata-se do significante, daquilo que o sujeito representa para um outro significante. O sujeito é, então, constituído por uma rede de significantes que o captura, ao mesmo tempo em que o institui como causa de si.

O apagamento que ocorre no interior do sujeito cria uma série de fantasias metafísicas que colocam em cena a questão da ‘causa’⁵. Esse efeito fantástico e auto-evidente através do qual o indivíduo é interpelado em sujeito só se dá em função da colocação do sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.

Com base nas ponderações lacanianas sobre o sujeito como teoria do paradoxo, Badiou (1997) apresenta uma definição provisória de sujeito ‘sujeito é tudo aquilo que convoca uma distribuição conceitual paradoxal’. Uma teoria do sujeito que não pode ter o sujeito como objeto, ou seja, o sujeito não

⁵ Em Lacan ‘só há causa daquilo que falha’, conforme corrobora Pêcheux (1997. Anexo 03, p. 293-307).

pode ser o objeto da teoria, assim, configura-se uma teoria sem objeto. Esse funcionamento muda o sentido da palavra ‘teoria’, pois não se trata de uma teoria de um objeto ou de uma objetividade. Assim, o sujeito que é um ser falante (un parlêtre para Lacan) não pode ser exatamente aquilo de que se fala, pois, para Lacan o sujeito é fácil de ser constatado, mas difícil de ser concebido, uma vez que o que percebemos dele são os seus efeitos.

Para Lacan nada suporta a idéia tradicional filosófica de um sujeito, a não ser a existência do significante e de seus efeitos. Essa tese é fundamental para se entender os efeitos da identificação, pois há uma dependência necessária entre aquilo que constitui a formação do sujeito e a existência de efeitos do significante como tal. Se tal questão não for considerada, o ato de pensar e o pensamento assumem um caráter técnico e não fazem nada para além do que se colocar no interior do problema.

Toda pesquisa, toda a experiência do inconsciente é algo que se coloca nesse nível de pensamento onde a relação do sensível mais presente, mais imediato, mais encarnada desse esforço é a questão que se coloca sobre este ‘quem sou?’.

Bibliografia

BADIOU, Alan. *Onde estamos com a questão do sujeito?* In Colóquio, Psicanálise e Filosofia: Sujeito e Linguagem. Revista Letra Freudiana, Ano XVI, Nº22, p. 27-44. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

BRANDÃO, Carlos A. L. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

GODINO, Antonio C. *O sujeito na Psicanálise, de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *O Seminário livro 09 (1961 a 1962): a identificação*. Tradução: Grupo de estudo do CEF – Recife.

_____. *O Seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi [et al.]. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROUDINESCO, E. (et.al.) *Foucault, leituras da história da loucura*. Trad. M. I. Duque Estrada. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.